



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 5822/2017

PROCESSO Nº 0007105-31.2016.4.03.6181 (IPL 0425/2015-11)

ORIGEM: 10ª VARA FEDERAL DE SÃO PAULO

PROCURADOR OFICIANTE: JOSÉ LEÃO JÚNIOR

RELATOR: JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

INQUÉRITO POLICIAL. SUPOSTO CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL MEDIANTE FRAUDE. LEI Nº 7.492/86, ART. 19. REVISÃO (CPP, ART. 28 C/C LC Nº 75/93, ART. 62, IV). LESIVIDADE DA CONDUTA. VULNERAÇÃO DO BEM JURÍDICO. ANÁLISE DOS SEUS EFEITOS NUMA PERSPECTIVA AMPLIADA. HIGIDEZ E CREDIBILIDADE DO SISTEMA. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

1. Inquérito policial instaurado para apurar a prática, em tese, de crime contra o Sistema Financeiro Nacional, previsto no art. 19 da Lei nº 7.492/86, haja vista a obtenção de financiamento perante a Caixa Econômica Federal mediante meio fraudulento (apresentação de certidão de nascimento omissa quanto ao estado civil de casado).

2. Consta dos autos que foram realizados dois contratos, um firmado em 05.03.2009, para aquisição de imóvel financiado pela CEF com recursos do FGTS, e outro em 11.03.2009, na modalidade CONSTRUCARD. Consta, ainda, que o investigado realizou os financiamentos como se solteiro fosse, pelo fato de sua esposa possuir à época restrições de crédito.

3. O il. Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento por entender atípica a conduta, em razão da ausência de potencialidade para lesar o Sistema Financeiro Nacional e do descuido da entidade financiadora na concessão do crédito.

4. Discordância da MM. Juíza Federal. Remessa dos autos à 2ª CCR.

5. A obtenção mediante fraude de qualquer tipo de empréstimo com destinação específica e vinculada – com recursos públicos ou não, concedidos por instituições públicas ou privadas – configura, em tese, o crime previsto no art. 19 da Lei nº 7.492/86.

6. Como já decidido por esta 2ª CCR, *“ainda que se possa sustentar que a lesão ao bem jurídico tutelado (higidez do Sistema Financeiro Nacional) não seja muito expressiva, em face exclusivamente do valor monetário do financiamento obtido, não se pode considerar como reduzidíssimo o grau de reprovabilidade do comportamento do agente que, mediante a utilização de documentos sabidamente falsos, obtém financiamento bancário com o prévio e deliberado intuito de não adimplir as prestações avençadas. Ainda, a inexpressividade da*

lesão ao bem jurídico deve ser analisada sob uma perspectiva aumentada, considerando-se a totalidade do sistema. Isso porque a fraude perpetrada pelo agente, ainda que de pequena monta, se considerado o potencial econômico das instituições financeiras, impacta a estabilização do sistema como um todo” (IPL Nº 00251/2013, unânime, 590ª Sessão, 16/12/2013).

7. Não homologação do arquivamento e designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a prática, em tese, de crime contra o Sistema Financeiro Nacional, previsto no art. 19 da Lei nº 7.492/86, haja vista a obtenção de financiamento perante a Caixa Econômica Federal mediante meio fraudulento (apresentação de certidão de nascimento omissa quanto ao estado civil de casado).

Consta dos autos que foram realizados dois contratos, um firmado em 05.03.2009, para aquisição de imóvel financiado pela CEF com recursos do FGTS, e outro em 11.03.2009, na modalidade CONSTRUCARD. Consta, ainda, que o investigado realizou os financiamentos como se solteiro fosse, pelo fato de sua esposa possuir à época restrições de crédito.

O il. Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento por entender atípica a conduta, em razão da ausência de potencialidade para lesar o Sistema Financeiro Nacional e do descuido da entidade financiadora na concessão do crédito (fls. 105/110).

A MM. Juíza Federal discordou do arquivamento e remeteu os autos a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 28 do CPP c/c o art. 62, IV, da LC nº 75/93 (fls. 111/113).

É o relatório.

A obtenção mediante fraude de qualquer tipo de empréstimo com destinação específica e vinculada – com recursos públicos ou não, concedidos por instituições públicas ou privadas – configura, em tese, o crime previsto no art. 19 da Lei nº 7.492/86.

Como já decidido por esta 2ª CCR, *“ainda que se possa sustentar que a lesão ao bem jurídico tutelado (higidez do Sistema Financeiro Nacional) não seja muito expressiva, em face exclusivamente do valor monetário do financiamento obtido, não se pode considerar como reduzidíssimo o grau de reprovabilidade do comportamento do agente que, mediante a utilização de documentos sabidamente falsos, obtém financiamento bancário com o prévio e deliberado intuito de não adimplir as prestações avençadas. Ainda, a inexpressividade da lesão ao bem jurídico deve ser analisada sob uma perspectiva aumentada, considerando-se a totalidade do sistema. Isso porque a fraude perpetrada pelo agente, ainda que de pequena monta, se considerado o potencial econômico das instituições financeiras, impacta a estabilização do sistema como um todo”* (IPL nº 00251/2013, 590ª Sessão de Revisão, 16/12/2013, unânime).

Não se pode olvidar, que a prática de crimes dessa natureza tem se tornado cada vez mais comum. Logo, a ausência de repressão penal em casos como o presente implica a vulneração do bem jurídico tutelado pela norma em comento, já que a análise dos seus efeitos, numa perspectiva coletiva, pode indicar grave lesão ao bem jurídico que a norma objetiva proteger.

No mesmo sentido, os seguintes precedentes: Procedimento JF/SP – 0006020-15.2013.4.03.6181, 628ª Sessão de Revisão, 21/09/2015, unânime; Procedimento JF/SP-0001815-69.2015.4.03.6181, 632ª Sessão de Revisão, 23/11/2015, unânime.

Ademais, assiste razão à Magistrada ao entender que *“não há como se afirmar que a concessão dos financiamentos se deu por falta de cuidado da instituição financeira”*.

Ante o exposto, considerando que a conduta narrada nos autos apresenta relevância penal, enquadrando-se no art. 19 da Lei nº 7.492/86, voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal.

Encaminhem-se os autos ao il. Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, para cumprimento, cientificando-se o Procurador da República oficiante e o Juízo de origem, com as homenagens de estilo.

Brasília/DF, 13 de julho de 2017.

José Bonifácio Borges de Andrada
Subprocurador-Geral da República
Suplente – 2ª CCR

/VD.